

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A madrugada em que o Centrão rachou

A suspensão do deputado Glauber Braga (PSol-RJ) e a manutenção do mandato da deputada Carla Zambelli (PL-SP) representaram uma das raras vezes em que o grupo do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), rachou. O cálculo dele previa a cassação de Glauber e de Carla, um da esquerda e outro da direita, de forma a preservar a imagem da Casa, não permitindo que um parlamentar que expulsou um influencer da Câmara a chutes, há alguns meses, e uma deputada presa exercessem o mandato. Porém, deu tudo errado. O plenário não desejava cassar Glauber por um destempero, porque muitos acreditavam que poderiam responder do mesmo jeito, se estivessem sob forte pressão. Para completar, viam na cassação uma vingança pessoal do ex-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), contra Braga. Outros não queriam cassar Zambelli para dar uma resposta ao Supremo Tribunal Federal. Porém, o STF foi rápido e, em menos de 24 horas, o ministro Alexandre de Moraes anulou a decisão da Câmara e determinou a posse do suplente. E o Centrão ficou a ver navios.

» » » »

Moral da história/ Aos parlamentares, ficou a certeza de que o Centrão é forte unido, mas sempre poderá haver uma brecha para quebrar essa unidade. Ontem, pela esquerda e pela direita, essa hegemonia foi rompida. No agrupamento, há o sentimento de que Motta não está alinhado nem com esquerda nem com os conservadores e, nesse sentido, ou ele se recompõe com um dos dois ou não terá condições de concorrer à reeleição. Embora 2027 ainda esteja longe, e não dê para fazer movimentos ostensivos antes da eleição de 2026, uma parte desse grupo começa a estimular o deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) a uma candidatura a presidente da Câmara em 2027.



Voltas da política I

Glauber e seus apoiadores acusaram publicamente que a cassação era um desejo de Arthur Lira e que o ex-presidente da Câmara dos Deputados estava pessoalmente trabalhando para que ele perdesse o mandato. Contudo, foi graças a uma alteração de rito de apreciação de cassação em Plenário, que o próprio Lira fez em 2021, que permitiu a Glauber não ser cassado, e sim suspenso por seis meses.

Voltas da política II

O rito de cassação foi mudado no processo da ex-deputada Flordelis. Na época, Lira permitiu que pudessem ser apresentadas emendas de Plenário e destaques, instrumentos que não podiam ser usados antes. Glauber foi “salvo” graças ao destaque do PSol que pedia seis meses de suspensão em vez da cassação.

Sinais

O governo ainda não entregou ao Senado a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Para completar, está a maior pressão das mulheres por uma mudança no nome. Na marcha “Mulheres Vivas”, no último domingo, a primeira-dama Janja e as ministras foram cobradas, em alto e bom som, pela indicação de uma mulher ao Supremo. A hora em que a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, foi justificar a escolha de Messias, muitas vaiaram. E olha que, ali, era uma plateia de maioria alinhada ao governo.

Discurso pronto

A base governista vai usar o discurso da segurança pública contra a oposição. Com o retorno da Lei Antifacção à Câmara, o governo quer garantir a aprovação do relatório do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) na íntegra, e planeja usar o discurso da segurança pública contra a oposição. E caso o secretário de Segurança do Estado de São Paulo licenciado, Guilherme Derrite (PP), queira alterar o parecer, os parlamentares de esquerda vão acusá-lo de proteger as betas e sucatear o Fundo da Segurança Pública.

CURTIDAS

Em busca de emprego/ Alguns funcionários do gabinete de Carla Zambelli iriam aproveitar esse período até fevereiro, quando ela deveria perder o mandato por faltas, para buscar colocação com outros parlamentares. Com a decisão de Moraes, terão de que acelerar essa procura.

Dosimetria sob risco/ Ainda que o Senado aprove a dosimetria na semana que vem, há um sentimento de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seguirá as pesquisas que apresentam uma posição mais crítica. Aliás, hoje muitos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro consideram que, quanto mais o tempo passa, mais a campanha pela anistia arrefece.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Tarefas divididas/ Já era quase madrugada, quando, depois de Glauber ter o mandato preservado, a deputada Sâmia Bonfim (PSol-SP, foto), mulher do deputado, foi abordada por um colega, que confirmou a história à coluna, mas pediu o anonimato. Disse ele a Sâmia: “Olha, votei a favor da suspensão do Glauber. Agora, os papéis estão definidos: ele vai ficar em casa cuidando das crianças enquanto você fica aqui, fazendo política.”

Por falar em ficar em casa.../ Na semana que vem, a Câmara não exigirá a presença dos deputados em plenário para proceder votações. As deliberações serão pelo sistema remoto.

PODER / Depois de os parlamentares manterem, de madrugada, o mandato da deputada — que está presa na Itália após ter fugido do Brasil em função de uma condenação —, ministro Moraes anula a decisão e determina que suplente assuma

Zambelli: Câmara deixa, STF tira

» LUANA PATRIOLINO
» FABIO GRECCHI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou a votação do plenário da Câmara, realizada na madrugada de ontem, que manteve o mandato da deputada Carla Zambelli (PL-SP), atualmente detida na parte feminina do Complexo Penitenciário de Rebibbia, nos arredores de Roma, aguardando a extradição para o sistema carcerário brasileiro. A decisão da Corte pegou os parlamentares de surpresa e manteve alta a temperatura do entrevero entre os dois Poderes. Nos bastidores da Câmara, falava-se em não acatar a decisão do magistrado em função daquilo que entendem ser uma interferência da Justiça no Legislativo.

Pela decisão de Moraes, a manutenção do mandato de Zambelli foi considerada uma “clara violação” à Constituição. Tanto que determinou que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), dê posse ao suplente da deputada, Coronel Tadeu (PL-SP), em até 48 horas. “Trata-se de ato nulo, por evidente inconstitucionalidade, presentes tanto o desrespeito aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, quanto flagrante desvio de finalidade”, salientou o ministro. Moraes lembrou o trânsito em julgado da ação contra a bolsoneirista. Ela foi condenada por unanimidade pela Primeira Turma do STF pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. Os integrantes do colegiado definiram 10 anos de prisão para a parlamentar, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa.

A determinação do STF pela cassação da deputada é uma consequência da condenação por ela estar por trás de invasões aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Rosinei Coutinho/STF



Ministro solicitou que a Primeira Turma julgue hoje a decisão que deu

com a ajuda do hacker Walter Degatti Neto. Numa delas, foi deixada uma falsa ordem de prisão, ordens para quebra de sigilo bancário e bloqueio de bens do próprio ministro. Segundo a investigação da Polícia Federal, a dupla teria entrado 13 vezes em seis sistemas do Judiciário, quando inseriram 16 documentos falsos. O objetivo, conforme a PF, era desacreditar o processo eleitoral brasileiro e colocar a opinião pública contra as instituições democráticas.

Ela também foi condenada por perseguir de arma em punho, nas vésperas da eleição de 2022, um suposto apoiador do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Alameda Lorena, nos Jardins, região nobre da capital paulista. O Tribunal Superior Eleitoral determina que nos dias que precedem e que sucedem os pleitos não seja permitido portar armas de fogo, a não ser em casos excepcionais — que não era o dela.

“Intocável”

Em junho, Zambelli fugiu para a Itália a fim de driblar a Justiça. Dias depois de ser procurada pela Interpol, foi presa em Roma num apartamento supostamente cedido por uma empresária brasileira. Apesar de a deputada ter dupla cidadania, o governo brasileiro pediu a extradição — os critérios são definidos por um tratado bilateral, em vigor desde 1993 —, que ainda não foi analisada pela Justiça italiana. Ela chegou a afirmar que seria “intocável” no país europeu.

O ministro também solicitou ao presidente da Primeira Turma do STF, Flávio Dino, o agendamento de uma sessão virtual para hoje, das 11h às 18h, para que os demais integrantes do colegiado julguem a decisão dele. A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi comunicada da determinação.

Lula Marques/EBC



Deputada foi condenada a 10 anos de prisão por invadir sistemas do CNJ

No despacho, Moraes citou uma série de precedentes, como o das condenações do ex-senador Ivo Cassol e do ex-deputado Paulo Maluf. O magistrado lembrou, ainda, do Mensalão, destacando que, em 2012, o STF decidiu pela possibilidade de perda automática do mandato parlamentar, quando houver condenação criminal, em razão da impossibilidade de os deputados manterem o mandato devido à suspensão dos direitos políticos derivados da sentença. Segundo o ministro, há outra determinação, de 2017, de que em casos em que a pena seja cumprida em regime fechado — e não seja possível ao condenado progredir para o trabalho externo durante o tempo restante da legislatura —, a perda da cadeira no Parlamento também deve ser automática.

Por 227 x 170, a Câmara arquivou o processo de cassação de Zambelli, contrariando, inclusive, a decisão da Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ) da Casa. A ideia, inicialmente, era tirar o mandato da bolsoneirista, mas como houve um acordo para salvar o também deputado Glauber Braga (PSol-RJ) na cassação — foi suspenso por seis meses e será substituído pelo suplente Heloísa Helena (PSol-AL) —, a oposição decidiu cobrar a fatura à revelia daquilo que pretendia Hugo Motta — que os dois fossem removidos da Casa.

Ramagem e filho 03

A tensão entre Judiciário e Legislativo está em ponto de ebulição uma vez que, na próxima semana, está prevista a votação das cassações dos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ), ambos foragidos nos Estados Unidos. Com a determinação de Moraes, a discussão entre os líderes da Câmara passou a ser sobre a viabilidade de levar os dois casos ao plenário. E as opiniões

estavam divididas: uns acreditam que devem, mais uma vez, afrontar o Supremo, enquanto outros avaliam que é melhor deixar os dois casos para o próximo ano para não escalar ainda mais a crise. Sobretudo porque está nas mãos do ministro Dino a análise sobre emendas parlamentares irregulares, processo que tem tudo para atingir outros deputados.

Porém, para a advogada Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima, especialista em direito eleitoral, há outros meios de garantir o cumprimento da condenação pelo Supremo, diante da resistência da Câmara. “Os instrumentos para isso incluem, entre outros, a reclamação e o mandato de segurança. Também é possível que o próprio relator intime formalmente a Presidência da Câmara para cumprir o acórdão, fixando prazo e adotando medidas coercitivas cabíveis”, explica.

O professor de direito constitucional Nauê Bernardo de Azevedo, do Ibmec Brasília, lembra que a discussão entre os parlamentares é uma questão meramente declaratória, porque Zambelli já não tem mais direitos políticos. “Para que esses direitos políticos voltem, será necessário que a pena seja cumprida, ou extinta de alguma forma. Então, acaba sendo mais um capítulo dos embates institucionais que estamos tendo. Nesse caso, um efeito prático é o de deslegitimar uma ordem da Corte”, lamenta.

Para o professor e advogado Rafael Seixas Santos, é necessário observar, nos planos penal e constitucional, que a independência dos Poderes não autoriza que uma instituição torne ineficazes as decisões do outro. “A legitimidade da Câmara para deliberar politicamente não pode afastar o dever de respeito ao Estado de Direito e à autoridade das decisões judiciais definitivas. A tensão institucional, nesse tipo de caso, precisa ser resolvida reafirmando que a imunidade parlamentar não é sinônimo de impunidade”, observa.